

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO – Edital Nº 09/2023.

OBJETO: Fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas pesadas, quais sejam; 148 (cento e quarenta e oito) Retroescavadeiras sobre rodas: 20 (vinte) motoniveladoras; 20 (vinte) pás carregadeira sobre rodas; 04 (quatro) escavadeiras hidráulica média sobre esteiras; 05 (cinco) rolos compactador; 04 (quatro) tratores de esteiras; com vistas a atender as demandas da região, na área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado da Bahia.

IMPETRANTE: HCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

#### RELATÓRIO

##### 1. OBJETO:

Análise do Recurso Administrativo do Edital 09/2023, modalidade Pregão Eletrônico, apresentado pela empresa HCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, cuja sessão pública ocorreu no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) a partir das 09:00 (nove horas) do dia 18 de setembro de 2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

##### 2. DA TEMPESTIVIDADE:

O Recurso Administrativo do Edital 09/2023 interposto, foi registrado tempestivamente, via sistema no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), consoante o Art. 44 do Decreto nº 10.024/2019.

##### 3. DAS CONSIDERAÇÕES DOS RECURSOS:

###### 3.1 DAS RAZÕES: HCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

• A recorrente alega indícios de simulação de negócio jurídico e invalidade do atestado de capacidade técnica. Em análise aos documentos de habilitação apresentados pelo Recorrido, observou-se que, em relação a qualificação técnica para o item 07, do certame, foi apresentado atestado emitido pela empresa EBR Brasil Forte Comércio e Equipamentos LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.865.480/0001-00, que confirma, em tese, o fornecimento de 02 (duas) unidades de Rolo Compactador. Alega que A Sra. Vanessa Soares de Farias, sócia e administradora da empresa Vanprime Comércio e Equipamentos LTDA, ora Recorrido, é CASADA sob o regime de comunhão parcial de bens com o Sr. Everthon Barbosa Ribeiro, sócio e administrador da EBR Brasil Forte Comércio e Equipamentos LTDA, ora declarante.

#### DO MÉRITO

Em diligência realizada pela presente comissão contatou-se que a empresa Vanprime em seu contrato social possui como sócios a senhora Vanessa Soares de Faria CPF 865.513.291-87 e o senhor Jose Carvalho da Silva CPF 071.464.691-15 e a empresa EBR Brasil Forte Comercio e Equipamentos Ltda possui como sócios os senhores Everthon Barbosa Ribeiro CPF 814.291.001-25 e Francisco de Paula Costa CPF 751.598.641-72. Verifica-se que não existe relação societária entre os integrantes das duas empresas. A empresa EBR Brasil Forte Comercio e Equipamentos Ltda não disputou o certame apresentou somente um Atestado de Capacidade Técnica a empresa Vanprime. A recorrente argumenta que a senhora Vanessa Soares de Faria e o senhor Everthon Barbosa Ribeiro possuem uma relação conjugal. Vale destacar que não é objeto do certame esse estudo. Foi apresentado atestado e nota fiscal do fornecimento do bem, comprovando o seu fornecimento. A inconsistência com relação as datas dos documentos já foram justificadas na contrarrazão.

O item 07 exige uma comprovação de atestado de capacidade técnica de 30% do total do item ofertado. Mesmo que se não considera as comprovações da empresa EBR Brasil a empresa Vanprime apresentou em seus anexos a comprovação de atestados técnicos de entrega de 08 (oito) máquinas pesadas. Desse total 05 (cinco) equipamentos foram fornecidos a empresa EBR Brasil Forte Comercio e Equipamentos Ltda CNPJ 07.865.480/0001-00 e 03 (três) equipamentos foram fornecidos a empresa Engcar Representação Comercial Ltda CNPJ 17.761.689/0001-70. A exigência do certame é a comprovação de fornecimento de 02 equipamentos 30% do total ofertado para o referido item.

Visando sanar o impasse esta comissão fez diligência junto a empresa EBR Brasil Forte Equipamentos Ltda CNPJ 07.865.480/0001-00 questionando a entrega dos bens pela empresa recorrida. A EBR Brasil Forte emitiu declaração datada em 05/10/2023 atestando o recebimento das mercadorias constantes nas Notas Fiscais nº 000.000.001 e 000.00.002 SÉRIE 2 emitida pela empresa Vanprime Comercio e Equipamentos Ltda. A presente declaração será postada no site da Codevasf para conhecimento de todos e incluída no processo licitatório.

A comissão utilizando os princípios da Administração, do formalismo, da ampla competitividade, da economicidade da eficácia, de acordo com Artigo 57 do Regimento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF e de acordo com diversos Acórdão do TCU, nega o recurso tendo em vista que a exigência para oferta do item foi cumprida pela licitante habilitada.

###### 3.1 DAS RAZÕES: HCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

A recorrente alega em seu recurso que vencedora não cumpriu a alínea e) dos termos de referência o qual exige "Cronograma físico-financeiro detalhado mês a mês as fases de fabricação, transporte e entrega dos equipamentos no local especificado".

###### 3.2 DAS CONTRARRAZÕES

Nas contra razões a recorrida afirma que a solicitação realizada por este Pregoeiro não "não mencionou

expressamente o cronograma físico-financeiro, mas sim a proposta de preço. Se não houve a exigência expressa pelo Pregoeiro naquele momento, a falta deste documento não pode ser considerado motivo de inabilitação”.

#### 4 DO MÉRITO

- O item 8 do termo de referência estabelece que:

As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo VI, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
  - d1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
  - d2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- e) Cronograma físico-financeiro detalhando mês a mês as fases de fabricação, transporte e entrega dos equipamentos no local especificado;

O item cronograma físico-financeiro é cobrado de forma habitual onde couber nas licitações da Codevasf, no caso específico não há essa necessidade de apresentação no fornecimento de bens. A própria recorrente não apresentou em sua proposta de preço nem os demais licitantes e não foi cobrado por esta comissão.

Conforme análise combinada entre a manifestação técnica e os entendimentos doutrinários não merece prosperar o argumento da Recorrente de que aquela licitante não atendeu aos regramentos contidos em edital.

#### 5 DAS RAZÕES: HCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

A recorrente alega que a empresa é de fachada porque no referido endereço funciona a empresa Escritório Saja Ltda que exerce por atividade econômica serviço de gestão contábil.

#### 3.2 DAS CONTRARRAZÕES

A recorrida alega em sua contra razão que a mesma tem endereço sim no local informado, não se atendo a recorrente em observar que se tratar de prédio comercial com piso superior e, nesse pavimento superior esta instalada a empresa recorrida, especificamente na sala 03. De fato, no piso inferior, há referida contabilidade a qual inclusive, como locadora emitiu a declaração anexada (doc. 04).

#### 6 DO MÉRITO

A presente comissão fez diligência aos documentos encaminhados e consulta a Receita Federal onde consta o registro do CNPJ na Rua Lazaro Vieira nº 211 sala 03 CEP 76.200-000 Centro Ipora GO, esse mesmo endereço consta no Contrato Social da empresa, na certidão de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Portanto não merece prosperar o argumento da Recorrente, com base na justificativa da recorrida e das comprovações apresentadas nas documentações fiscais.

#### 7 DAS RAZÕES: HCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

A recorrente argumenta que o balanço patrimonial é incompleto que a recorrida não apresentou balanço patrimonial do último exercício social, ou seja, de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

#### 7.1 DAS CONTRARRAZÕES

Em sua contrarrazão a recorrida Em relação ao balanço patrimonial, esse é um documento de contabilidade da empresa, e o seu intuito é demonstrar a situação financeira do negócio e, nesse caso, serve de consulta para que a Administração Pública faça uma avaliação de que como está de fato o patrimônio da empresa naquele período baseado nos números e índices do setor financeiro da empresa: é a conhecida qualificação econômico-financeira da empresa. Assim, serve de apoio para a Administração Pública se respaldar de que o licitante tem a devida capacidade de cumprir o contrato de licitação, o que já ficou MAIS QUEPROVADO, aqui, na situação em pauta

#### 8 DO MÉRITO

No que se refere especificamente ao questionamento quanto a validade do Balanço Patrimonial apresentado pela empresa, pelo fato de o mesmo ser de 01/06/2022 a 31/12/2022, é importante destacar o seguinte:

- O Balanço Patrimonial foi devidamente enviado a RFB, conforme consulta feita no site do SPED, <http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>
- O simples fato de o período inicial do balanço apresentado ser 01/06/2022, não caracteriza que a referida demonstração seja provisória, é o entendimento do TCU acerca dessa definição:

"O conceito de balanço intermediário não se confunde com o de balanço provisório. O primeiro é um documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação econômico-financeira da sociedade empresária no curso do exercício, e o segundo é um documento precário, sujeito a mutações." (Acórdão 2994/2016-Plenário)"

· A Comprovação da boa situação financeira da empresa, prevista no edital, é confirmada por meio de obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1(um), e o saldo a ser utilizado para fins de cálculo dos referidos índices é justamente o saldo final do Balanço Patrimonial, que independe do período inicial do referido balanço apresentado, ou seja, um balanço patrimonial de janeiro a dezembro de 2022 terá o mesmo saldo final de um balanço patrimonial de junho a dezembro de 2022, quando se referir a mesma empresa.

Nesse sentido, sendo um balanço patrimonial comprovadamente entregue a receita federal, mesmo sendo intermediário, no que se refere ao período, não há que se falar em balanço provisório ou fraudado, apenas por conta dessas características.

Portanto não merece prosperar o argumento da Recorrente, com base já justificativa da recorrida e das comprovações apresentadas nas documentações fiscais.

#### 9. CONCLUSÃO:

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, comissão constituída pela Determinação nº 180/2023

atendendo aos princípios basilares da licitação e às exigências do edital, NEGA PROVIMENTO do recurso, à luz das condições fixadas no Edital nº 09/2023, da Lei nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações da CODEVASF, Lei nº 8666/93 e diversas jurisprudência do TCU.

**Fechar**